



caso destes últimos, o desconto é atribuído independentemente das reformas. “Hoje qualquer pessoa com mais de 65 anos, ganhe o que ganhar, tem passes com desconto. Não pode ser”, diz Silva Rodrigues ao *i*.

FERTAGUS SOBE BILHETES 7,5% A Fertagus, operadora privada do comboio na Ponte 25 de Abril, vai elevar os seus títulos próprios 7,5%.

Os passes combinados com as empresas públicas Metro e Carris vão subir igualmente 15%, segundo informação avançada ao *i* por fonte oficial do Ministério da Economia. Estas actualizações foram propostas pelo operador. Embora o despacho com o aumento das tarifas não distinga empresas públicas e privadas, na verdade a actualização média de 2,7% só se aplica aos títulos

dos transportes colectivos rodoviários interurbanos de passageiros até 50 quilómetros, percursos realizados por privados. Quanto à Transtejo, também vai assumir um aumento de 15% na maioria dos títulos. A empresa que faz a ligação entre as margens do Tejo apontou, contudo, que esta subida dos tarifários ainda não vai permitir a dispensa do apoio financeiro do Estado, que tem de ser delineado aquando da futura contractualização do serviço público. Também a STCP avançou ontem que iria aplicar o aumento médio de 15% decretado pelo governo.

Apesar de não ter um grande impacto em termos da sustentabilidade operacional das empresas de transporte, este aumento poderá ajudar a reduzir a factura suportada pelo Estado ao nível das indemnizações compensatórias.

Aumento extraordinário prepara terreno para privatização dos transportes

Aumento médio de 15% vai ter impacto de 5 milhões de euros nas contas da Carris até ao final do ano

●●● O aumento inédito de 15% anunciado ontem pelo governo é uma medida que prepara o caminho para as privatizações nos transportes. A opinião é defendida pelo líder da Antrop (Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados para Passageiros).

Luís Cabaço Martins explica assim a diferença abissal entre a actualização das empresas públicas e a que foi definida para os transportes privados, onde os preços sobem em média 2,7% a partir de Agosto. O que está em causa é corrigir os desequilíbrios operacionais das empresas públicas que se acumulam há décadas. Desde o 25 de Abril, a actualização dos transportes públicos ficou 20% abaixo da inflação verificada no mesmo período.

Por outro lado, esta actualização era uma necessidade até mesmo no quadro dos compromissos assumidos com a troika para a ajuda externa. Em matéria de privatização dos transportes, o programa do governo vai mais longe que a troika. O acordo com o governo previa a privatização do negócio de carga da CP e a concessão e ou privatizações de linhas suburbanas de Lisboa e Porto. O programa social-democrata prevê a avaliação da eventual concessão das carreiras e linhas da Carris, STCP e Metro de Lisboa.

O presidente da Antrop, que é também gestor de empresas do Grupo Barraqueiro – um dos candidatos à privatização destas empresas –, considera que não fazia sentido prolongar a situação das empresas públicas do sector, sobretudo quando as empresas de transportes privadas conseguem resultados mais equilibrados. Nesta matéria até os gestores públicos estão de acordo, sublinha.

É claro que subida das receitas é apenas uma parte do problema e por si não chega para resolver o défice operacional das empresas. A redução de custos operacionais em 15%, incluindo cortes salariais, em fase de implementação, e a redução da oferta são outras iniciativas que vão ser adoptadas.

Em comunicado, o Ministério da Eco-

nomia sublinha que a política para o sector visa “atingir o equilíbrio operacional daquelas empresas” através de duas vias: a racionalização dos custos e o ajustamento tarifário de modo a evoluir para uma cobertura dos custos efectivamente incorridos na prestação do serviço público. Os números do governo apontam para prejuízos de 940 milhões de euros, mas referem também 590 milhões de euros de encargos anuais com juros para uma dívida total de 16 800 milhões de euros, cujo valor triplicou nos últimos dez anos, representando 10% do PIB. Para este problema não parece haver ainda solução. A actualização tarifária permite apenas reduzir o défice operacional das empresas.

CARRIS GANHA 5 MILHÕES “Contribui para a redução dos desequilíbrios, mas é preciso continuar a aprofundar os trabalhos de casa”, aponta Silva Rodrigues. Com o aumento, avançou também o presidente da Carris ao *i*, a transportadora deverá arrecadar mais 5 milhões de euros de receitas entre Agosto e Dezembro, cerca de um milhão de euros por mês de acréscimo nas receitas. O gestor lembra ainda que com mais receitas as indemnizações compensatórias a cada uma das empresas visadas deverá ser reduzida. A subida da receita própria destas empresas também permitirá, a prazo, que fiquem de fora da esfera do Orçamento do Estado, como ocorreu em 2010 com os metros de Lisboa e Porto – o Eurostat à inclusão nas contas públicas das empresas cujas receitas próprias não cobrem pelo menos 50% custos operacionais. *A. S. e F.P.C.*

Desde o 25 de Abril que a actualização dos transportes ficou 20% abaixo da inflação

Empresas públicas de transportes acumulam 16,8 mil milhões de dívida, 10% do PIB

8,25€

O passe L123 vai subir 15,2%, para 63,25 euros, ou mais 8,25 euros por mês.

8,7€

Aumento do passe CP/Metro para a Linha de Sintra, que vai custar 67 euros.

Empresas do TGV e do novo aeroporto extintas

O ministério liderado por Álvaro Santos Pereira vai extinguir três empresas públicas de infra-estruturas. A Rave (promotora do projecto de alta velocidade) vai ser integrada na Refer, medida já prevista pelo anterior governo. A Naer (entidade promotora do novo aeroporto) e a Edab (gestora do aeroporto de Beja) vão ser integradas na ANA.

Emagrecimento poupa 2,5 milhões por ano

A extinção de três empresas públicas e a redução de serviços, dirigentes e funcionários na agora Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, vai permitir poupar 2,5 milhões por ano. Entre as medidas a adoptar está a redução em mais de dois terços do staff de apoio e fusão de duas secretarias gerais.

“É um aumento escandaloso e, por outro lado, tem a vertente que é a supressão de um conjunto muito significativo de transportes, quer nos ferroviários, quer nos barcos. Vai ser tomada uma posição pública sobre esta questão, manifestando as nossas preocupações, descontentamento e oposição”

Carlos Braga

PRESIDENTE DO MOVIMENTO DOS UTENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS